

Vidas e vozes no “deserto”: processos colaborativos na construção de um dicionário ilustrado do dialeto tocantinense do português brasileiro

Denis Ramón Funes Flores¹
Universidade Federal do Tocantins

FLORES, Denis. Vidas e vozes no “deserto”: processos colaborativos na construção de um dicionário ilustrado do dialeto tocantinense do português brasileiro. *Aceno – Revista de Antropologia do Centro-Oeste*, 12 (28): 105-120, janeiro a abril de 2025. ISSN: 2358-5587

Resumo: Este artigo apresenta os resultados de uma pesquisa etnográfica e colaborativa centrada na construção de um dicionário ilustrado bilíngue (Dialeto Tocantinense do português brasileiro/Inglês), concebido como instrumento de escuta, documentação e valorização das vozes comunitárias do sudeste do Tocantins. Desenvolvido em Dianópolis (TO), o projeto envolveu oficinas lexicográficas, entrevistas, observação participante e ações pedagógicas com estudantes, professores e famílias. O dicionário reflete um repertório lexical enraizado em práticas religiosas, agroextrativistas e modos de vida tradicionais. Sua tradução respeita as cosmologias locais, afirmindo o dialeto como patrimônio linguístico e político em contextos de resistência.

Palavras-chave: dialeto tocantinense; lexicografia colaborativa; linguística aplicada crítica; patrimônio linguístico; territórios de resistência.

¹ Mestre em Linguística pela Universidade Federal do Tocantins (UFT), professor de Língua Inglesa e Espanhola na rede pública de ensino. Atualmente é doutorando em Linguística pela UFT, com pesquisas voltadas à variação dialetal, lexicografia e diversidade linguística no Cerrado brasileiro.

Lives and voices in the “desert”: collaborative processes in the construction of an illustrated dictionary of the Tocantins dialect of Brazilian Portuguese

Abstract: This article presents the results of an ethnographic and collaborative research project focused on the creation of a bilingual illustrated dictionary (Tocantinense Dialect of Brazilian Portuguese/English), conceived as a tool for listening to, documenting, and valuing the community voices of southeastern Tocantins. Developed in the municipality of Dianópolis (TO), the project involved lexicographic workshops, interviews, participant observation, and pedagogical activities with students, teachers, and families. The resulting dictionary reflects a lexical repertoire rooted in religious practices, agro-extractive knowledge, and traditional ways of life. Its translation was guided by semantic and symbolic equivalence, respecting local cosmologies and affirming the dialect as a linguistic and political heritage in contexts of resistance.

Keywords: tocantinense dialect; collaborative lexicography; critical applied linguistics; linguistic heritage; territories of resistance.

Vidas y voces en el “desierto”: procesos colaborativos en la construcción de un diccionario ilustrado del dialecto tocantinense del portugués brasileño

Resumen: Este artículo presenta los resultados de una investigación etnográfica y colaborativa centrada en la construcción de un diccionario ilustrado bilingüe (Dialecto Tocantinense del portugués brasileño/inglés), concebido como instrumento de escucha, documentación y valorización de las voces comunitarias del sureste de Tocantins. Desarrollado en el municipio de Dianópolis (TO), el proyecto involucró talleres lexicográficos, entrevistas, observación participante y acciones pedagógicas con estudiantes, docentes y familias. El diccionario refleja un repertorio léxico enraizado en prácticas religiosas, conocimientos agroextractivistas y modos de vida tradicionales. Su traducción fue guiada por criterios de equivalencia semántica y simbólica, respetando las cosmologías locales y afirmando el dialecto como patrimonio lingüístico y político en contextos de resistencia.

Palabras clave: dialecto tocantinense; lexicografía colaborativa; lingüística aplicada crítica; patrimonio lingüístico; territorios de resistencia.

A linguagem, mais do que um simples mecanismo de comunicação, constitui um modo de habitar o mundo, um espaço de inscrição de memórias coletivas, um campo de produção de sentidos e um vetor de resistência simbólica. No contexto sociolinguístico brasileiro, marcado por processos históricos de colonização, escravidão e migrações internas, emergem inúmeras variedades regionais do português, cujas formas de existência linguística foram historicamente invisibilizadas pelas políticas de padronização e pelas ideologias de normatividade linguística (MOITA LOPES, 2006: 35; NORTON e TOOHEY, 2004: 5). Dentro dessas manifestações, o dialeto tocantinense do português brasileiro, falado no sudeste do estado do Tocantins, configura-se como um repertório linguístico dotado de densidade histórica, ecológica e cultural, ainda que frequentemente relegado à condição de “fala menor” nos discursos educacionais, midiáticos e institucionais (LABOV, 1966: 45; BORTONI-RICARDO, 2004: 79).

Partindo do reconhecimento do dialeto tocantinense como um patrimônio linguístico e cultural em disputa, este artigo propõe uma reflexão crítica e decolonial sobre os processos de construção colaborativa de um dicionário ilustrado bilíngue (Dialeto Tocantinense do português brasileiro/Inglês), realizado por meio de uma pesquisa etnográfica no município de Dianópolis, Tocantins. O projeto, desenvolvido com a participação ativa de estudantes da rede pública, professores, famílias e lideranças comunitárias, teve como objetivo central a escuta, documentação e valorização das vozes locais, historicamente silenciadas pelos discursos hegemônicos sobre os chamados “desertos culturais” (MARTINS, 2015: 97). Inspirado em práticas de pesquisa participativa e lexicografia colaborativa, o dicionário não apenas sistematiza um conjunto de unidades lexicais, mas também se constitui como artefato pedagógico e político, voltado à valorização simbólica das linguagens comunitárias e à produção de uma memória linguística afetiva, territorializada e resistente (HARTMANN e JAMES, 1998: 24; BERGENHOLTZ e TARP, 2003: 78).

A elaboração do dicionário inscreve-se em um arcabouço teórico interdisciplinar que articula a Linguística Aplicada Crítica (MOITA LOPES, 2006: 25; NORTON e TOOHEY, 2004: 12), a Sociolinguística Variacionista (LABOV, 1966: 22; LABOV, 1994: 101; BORTONI-RICARDO, 2004: 31), a Antropologia da Linguagem (HYMES, 1974: 56; DURANTI, 1997: 102; BASSO, 1996: 68) e a Lexicografia Colaborativa (HARTMANN e JAMES, 1998: 45; BERGENHOLTZ e TARP, 2003: 78). Com base nesse referencial, comprehende-se que o dicionário é também um dispositivo de construção epistemológica, no qual o léxico se enraíza nas práticas sociais, nos saberes tradicionais e nas cosmologias locais. O léxico documentado reflete não apenas nomeações de objetos ou fenômenos, mas formas de viver e significar o mundo, enredadas em experiências religiosas, saberes agroextrativistas, práticas devocionais, narrativas orais e modos coletivos de organização simbólica (BASSO, 1996: 74; DURANTI, 1997: 99).

A presente investigação está estruturada em cinco seções. A primeira introduz os objetivos e fundamentos do estudo. A segunda apresenta o referencial teórico que embasa a análise, destacando os debates sobre variação linguística, práticas lexicográficas e epistemologias decoloniais. A terceira seção detalha a metodologia adotada, com ênfase nos procedimentos de pesquisa etnográfica, participativa e colaborativa. A quarta seção traz a análise e discussão dos resultados, organizados em torno de eixos temáticos que emergiram do corpus lexical coletado. Finalmente, a quinta seção apresenta as considerações finais, nas quais são discutidas as implicações pedagógicas, políticas e epistemológicas da pesquisa, com destaque para sua contribuição à valorização das línguas comunitárias, ao fortalecimento das políticas linguísticas inclusivas e à promoção de uma pedagogia da escuta, crítica e territorializada (FREIRE, 1996: 78).

Ao assumir que não há deserto onde há linguagem, memória e vida, este artigo afirma a centralidade das vozes comunitárias na produção de conhecimento e reivindica o Cerrado — tantas vezes reduzido a um vazio simbólico — como território vivo de práticas linguísticas plurais, de resistência cultural e de produção de sentidos que precisam ser reconhecidos, documentados e celebrados (MARTINS, 2015: 102).

Referencial teórico

A elaboração do dicionário ilustrado bilíngue (Dialeto Tocantinense do português brasileiro/Inglês), objeto central da presente pesquisa, estrutura-se sobre uma base teórica interdisciplinar que articula diferentes campos do saber: a Linguística Aplicada crítica, a Sociolinguística variacionista, a Antropologia da linguagem, a Lexicografia colaborativa e os Estudos Territoriais de base decolonial. Essa articulação tem por objetivo compreender a linguagem não apenas como sistema formal, mas como prática social, política e simbólica situada em territórios historicamente marginalizados e epistemologicamente silenciados.

Linguagem como prática social e epistemologia crítica

A Linguística Aplicada crítica, tal como formulada por Moita Lopes (2006: 25), constitui um ponto de partida fundamental para este trabalho, ao propor o rompimento com visões normativas, homogêneas e abstratas da linguagem. A partir dessa perspectiva, o uso linguístico é compreendido como um fenômeno enredado em relações de poder, ideologias e práticas de resistência, e, portanto, indissociável das condições históricas e sociais em que se realiza. Norton e Toohey (2004: 12), ao abordarem a relação entre linguagem, identidade e agência, reforçam a compreensão de que as práticas discursivas são atravessadas por disputas simbólicas, sendo algumas formas de falar legitimadas e outras, silenciadas.

Nesse horizonte crítico, o dicionário construído não se apresenta como um repositório neutro de vocábulos, mas como um dispositivo de escuta e valorização de vozes comunitárias, historicamente deslegitimadas nos processos formais de produção do saber. Ele se inscreve como prática contra-hegemônica, ao reconhecer o valor epistemológico de variedades linguísticas frequentemente excluídas dos espaços escolares e acadêmicos, promovendo, assim, uma pedagogia da escuta e da equidade linguística.

Variação linguística, história e identidade regional

A partir dos aportes da Sociolinguística Variacionista, especialmente os estudos inaugurais de Labov (1966: 11; 1994: 87), o dialeto tocantinense é compreendido como uma variedade legítima do português brasileiro, cujas especificidades fonológicas, lexicais e sintáticas são moldadas por processos históricos de contato, deslocamento e mobilidade sociocultural. As mudanças internas da língua, segundo o autor, não ocorrem ao acaso, mas respondem a fatores estruturais condicionados por variáveis sociais, regionais e históricas que organizam o uso linguístico em contextos distintos.

Nesse sentido, o dialeto tocantinense pode ser interpretado como resultado vivo desses condicionantes, revelando marcas de sua trajetória histórica nas formas linguísticas atualizadas pelos falantes em situações cotidianas. Bortoni-Ricardo (2004: 43), ao investigar os falares populares rurais em regiões de transição linguística, destaca que comunidades situadas em zonas de fronteira — como muitas do sudeste do Tocantins — produzem identidades linguísticas híbridas, criativas e resistentes. Essas identidades são atravessadas por múltiplas matrizes, como as heranças indígena, africana, portuguesa e nordestina, que se entrelaçam em um léxico marcado pela ancestralidade, pela oralidade e pela territorialidade. O dialeto tocantinense, portanto, não apenas expressa formas de falar, mas constitui um campo de significação enraizado na história social e afetiva dos sujeitos que o praticam.

Antropologia da Linguagem e cosmologias locais

A partir da perspectiva da Antropologia da Linguagem, esta pesquisa parte do entendimento de que a linguagem não constitui um simples reflexo da realidade, mas um meio ativo de construção do mundo social e simbólico. Nesse sentido, os sujeitos não apenas nomeiam objetos e ações, mas também organizam e atribuem sentido à experiência por meio dos usos linguísticos que compartilham. Como argumenta Hymes (1974: 45), ao propor a etnografia da comunicação, as práticas linguísticas estão profundamente enraizadas nos sistemas culturais que as sustentam, sendo necessárias para compreender as formas pelas quais os grupos humanos vivem e se relacionam.

Essa concepção é ampliada por Duranti (1997: 86), que enfatiza o papel da linguagem na organização da experiência social, apontando que os significados das palavras não existem isoladamente, mas emergem dos contextos de uso, das práticas discursivas e dos regimes simbólicos de cada comunidade. Complementarmente, Basso (1996: 107), em sua análise das comunidades apaches ocidentais, demonstra que as palavras funcionam como "lugares", isto é, pontos de ancoragem afetiva e territorial, carregados de memórias, histórias e pertencimento.

Com base nesses referenciais, os termos registrados junto à comunidade de Dianópolis (TO) revelam não apenas um repertório lexical, mas uma linguagem territorializada, que integra espiritualidade, natureza, memória coletiva e modos de vida. Cada vocábulo documentado neste dicionário ilustra uma forma específica de ver, sentir e habitar o mundo, reafirmando a linguagem como um espaço simbólico de resistência, ancestralidade e organização comunitária.

Lexicografia colaborativa e construção participativa do saber

A elaboração do dicionário ilustrado fundamentou-se nos princípios da lexicografia colaborativa, conforme defendem Hartmann e James (1998: 24), ao proporem uma ruptura com os modelos normativos e excludentes da produção lexicográfica tradicional. Em vez de tratar os falantes como meros informantes, essa abordagem propõe seu engajamento ativo na definição e validação dos verbetes, reconhecendo seus saberes como legítimos e fundamentais na constituição do conhecimento linguístico. Nessa mesma direção, Bergenholtz e Tarp (2003: 78) argumentam que o dicionário não deve ser um instrumento autoritário de correção, mas um espaço de representação cultural, voltado à mediação semântica e simbólica entre diferentes comunidades de fala.

A construção do dicionário, portanto, constituiu-se como um processo coletivo de coautoria, envolvendo estudantes da rede pública, professores, famílias e lideranças comunitárias de Dianópolis (TO). Os participantes não apenas forneceram dados lexicais, mas atuaram como intérpretes e curadores dos sentidos, discutindo contextos de uso, nuances culturais e formas de representação visual dos vocábulos selecionados. Esse envolvimento direto garantiu que o produto final fosse enraizado nas vivências locais e nos significados atribuídos pelas próprias comunidades aos termos registrados.

A decisão de estruturar o dicionário em formato bilíngue (Dialeto Tocantinense/Inglês) teve como objetivo ampliar sua acessibilidade e circulação em contextos educacionais diversos, sem, contudo, submeter o léxico local a lógicas de subordinação linguística. O inglês foi adotado como instrumento de mediação intercultural e não como língua hegemônica, em conformidade com a orientação de que as traduções devem preservar os sentidos simbólicos e identitários das formas linguísticas originais (BERGENHOLTZ; TARP, 2003: 82). Assim, o projeto reafirma a lexicografia como prática pedagógica, política e epistêmica, comprometida com a escuta das vozes locais e com a valorização das línguas comunitárias.

Território, linguagem e produção de sentidos

Ao abordar a relação entre linguagem e território, esta pesquisa fundamenta-se nas contribuições de Haesbaert (2007: 48), segundo as quais o território não deve ser compreendido apenas como uma delimitação física, mas como uma construção simbólica, socialmente produzida e atravessada por práticas discursivas que atribuem sentido aos espaços vividos. Nessa perspectiva, a linguagem assume papel central como marcador de pertencimento e expressão dos modos de vida de comunidades que frequentemente são marginalizadas pelas narrativas hegemônicas e pelas cartografias oficiais do Estado.

A valorização do dialeto tocantinense, nesse sentido, não se restringe à documentação de uma variedade linguística, mas representa o reconhecimento de um território epistêmico legítimo, constituído por vozes, memórias e experiências enraizadas no Cerrado. Esse território discursivo se configura como espaço de resistência simbólica diante dos discursos que associam o interior do Brasil à ideia de ausência ou atraso.

Em consonância com as críticas formuladas por Martins (2015: 97), a noção de “deserto cultural” revela-se como construção ideológica que serve à legitimação de políticas de exploração e de apagamento das culturas locais. O autor des-

taca que essas classificações desqualificam territórios inteiros como vazios simbólicos, quando na verdade são lugares densos de história, linguagem e produção de sentido. Assim, ao documentar o léxico tocantinense e promover sua circulação, o presente projeto reafirma a centralidade das linguagens comunitárias na construção de territórios vivos e plurais, que resistem às lógicas homogeneizantes e extrativistas do saber dominante.

A Linguística em perspectiva decolonial

A fundamentação teórica desta pesquisa encontra respaldo nas epistemologias decoloniais, particularmente na proposta de uma “ecologia de saberes” formulada por Santos (2007: 58), que propõe o reconhecimento da legitimidade de diferentes formas de conhecimento, especialmente aquelas oriundas de tradições populares, periféricas e subalternizadas. Nesse horizonte, a construção do dicionário ilustrado do dialeto tocantinense do português brasileiro ultrapassa a dimensão técnica de sistematização lexical e se inscreve como um gesto político de resistência ao epistemicídio linguístico e cultural que historicamente afetou os territórios do Cerrado.

A proposta se articula a uma linguística comprometida com a justiça social, a escuta ativa e a reparação histórica, conforme propõe a Linguística Aplicada Crítica. Ao vincular linguagem e território, teoria e prática, ciência e vida cotidiana, o projeto assume uma postura ética e decolonial frente às assimetrias que regulam a produção do conhecimento no Brasil. A valorização do dialeto tocantinense, nesse sentido, não é apenas um exercício acadêmico ou documental: é, sobretudo, uma afirmação epistêmica e afetiva do direito à existência, à nomeação e à permanência das vozes comunitárias que resistem aos processos de apagamento simbólico.

Dessa forma, a linguística aqui praticada se alinha a um paradigma insurgente, que recusa as hierarquizações entre línguas e saberes e reivindica, no lugar dos silenciamentos impostos pelos discursos hegemônicos, a celebração da diversidade linguística como um valor político, cultural e educativo. Ao reconhecer os chamados “desertos” como territórios vivos de linguagem, memória e resistência, este trabalho reafirma a centralidade das vozes locais na construção de um Brasil linguística e epistemologicamente plural.

Metodologia

A construção do dicionário ilustrado do dialeto tocantinense do português brasileiro foi orientada por uma metodologia de base etnográfica, sociolinguística e colaborativa, ancorada em pressupostos críticos e decoloniais. A proposta visou documentar e valorizar uma variedade linguística historicamente marginalizada, compreendendo o dialeto tocantinense como expressão viva de resistências culturais e de territórios simbólicos invisibilizados.

Abordagem epistemológica e territorial

A investigação foi realizada no município de Dianópolis, situado na região sudeste do estado do Tocantins, reconhecido por sua expressiva relevância sociolinguística e por constituir um espaço de intensa circulação de saberes tradicio-

nais. A escolha dessa localidade se fundamentou na densidade cultural do território, evidenciada em práticas linguísticas profundamente enraizadas na oralidade, na espiritualidade popular e na relação cotidiana com o ambiente natural.

A proposta metodológica adotada neste estudo apoiou-se na concepção da linguagem como prática social situada, conforme discutido por Moita Lopes (2006: 44), que enfatiza a inseparabilidade entre linguagem, identidades sociais e relações de poder. Simultaneamente, a noção de território foi compreendida a partir da perspectiva simbólica e afetiva delineada por Haesbaert (2007: 45), para quem o território não é apenas uma delimitação geográfica, mas uma construção social, marcada por vivências, memórias e apropriações coletivas. Assim, a articulação entre linguagem e território foi central para a formulação epistemológica desta pesquisa, possibilitando o reconhecimento do dialeto tocantinense como expressão legítima de um saber localizado e resistente.

Fundamentos teóricos

A metodologia adotada neste estudo fundamenta-se na articulação de diferentes campos teóricos que dialogam entre si em torno da linguagem como prática social, histórica e política. A Linguística Aplicada Crítica, conforme propõe Moita Lopes (2006: 64), possibilita compreender o uso da linguagem como fenômeno atravessado por relações de poder, identidades e processos de exclusão e legitimização, rejeitando visões normativas e descontextualizadas do dizer.

Em diálogo com essa perspectiva, a Sociolinguística variacionista, a partir dos estudos fundacionais de Labov (1966: 12), contribui para o reconhecimento do dialeto tocantinense como uma variedade legítima do português brasileiro, cujas marcas linguísticas são condicionadas por fatores sociais e históricos.

A Antropologia da Linguagem, por sua vez, oferece uma leitura da linguagem como forma de organização simbólica da experiência. Hymes (1974: 9) propõe uma etnografia da comunicação que situe os usos linguísticos em seus contextos socioculturais; Duranti (1997: 25) enfatiza o papel da linguagem na constituição das relações sociais; e Basso (1996: 107), ao tratar dos apaches ocidentais, revela como os vocábulos são indissociáveis dos territórios afetivos e das memórias coletivas.

Já a Lexicografia Colaborativa, conforme defendem Hartmann e James (1998: 43) e Bergenholz e Tarp (2003: 78), oferece os fundamentos metodológicos e éticos para a construção de um dicionário que não se pretende neutro ou normativo, mas participativo e representativo das vozes dos falantes. Esses referenciais permitiram conceber o dicionário não apenas como instrumento de registro lexical, mas como artefato cultural e político, enraizado nas cosmologias locais, nas formas de vida comunitária e nas resistências à homogeneização linguística.

Procedimentos metodológicos

Os procedimentos metodológicos adotados nesta pesquisa se fundamentaram em uma abordagem qualitativa, de base etnográfica, voltada à escuta situada das práticas linguísticas em contextos cotidianos. O trabalho de campo envolveu atividades de observação participante realizadas em ambientes escolares, religiosos e comunitários, conforme orienta SPRADLEY (1980: 78), permitindo aos pesquisadores uma imersão nas dinâmicas sociais locais e nas formas de uso do dialeto tocantinense em sua materialidade vivida.

Foram também conduzidas entrevistas semiestruturadas com falantes de diferentes faixas etárias, com o objetivo de registrar as variações intergeracionais e os contextos de uso dos vocábulos coletados, de acordo com a flexibilidade e profundidade analítica propostas por Tracy (2013: 132). As oficinas lexicográficas colaborativas constituíram espaços centrais para a construção coletiva do dicionário, permitindo que estudantes, professores, líderes comunitários e familiares atuassem como cocriadores dos sentidos atribuídos às palavras.

Além disso, a produção de registros audiovisuais e textuais — incluindo fotografias, vídeos e descrições escritas — foi conduzida pelos próprios alunos, que passaram a exercer o papel de pesquisadores culturais, reforçando os princípios da pedagogia crítica e participativa (FREIRE, 1996: 54). Os diários de campo elaborados por esses estudantes funcionaram como dispositivos de reflexão meta-linguística, nos quais registraram suas percepções sobre o processo de pesquisa, as palavras selecionadas e os aprendizados envolvidos. Esses materiais ampliaram a dimensão formativa da investigação, conferindo-lhe caráter dialógico e emancipador.

Construção do dicionário

A construção do dicionário seguiu os princípios da lexicografia colaborativa, conforme delineado por Hartmann e James (1998: 24) e por Bergenholz e Tarp (2003: 78), que defendem uma abordagem participativa e culturalmente situada na elaboração de obras lexicográficas. O dicionário resultante desta pesquisa foi organizado em três partes principais: a primeira reúne as entradas alfabéticas em dialeto tocantinense, acompanhadas por suas respectivas equivalências em português brasileiro padrão e em inglês; a segunda consiste em um apêndice histórico-linguístico com informações sobre a origem, evolução e características estruturais da variedade; e a terceira corresponde a um glossário temático, que agrupa os termos por campos semânticos como natureza, religiosidade, culinária e cotidiano, permitindo uma visualização mais contextualizada dos domínios culturais do léxico.

Cada verbete foi concebido como uma unidade discursiva multifacetada, contendo a forma lexical em dialeto tocantinense, sua definição em português, a tradução em inglês — elaborada segundo critérios de equivalência semântica e simbólica (BERGENHOLTZ; TARP, 2003: 80) —, além de um exemplo de contexto de uso, uma nota cultural explicativa e uma ilustração (fotografia ou desenho). Essa estrutura buscou não apenas registrar o vocabulário local, mas também evidenciar os vínculos entre linguagem, território e práticas socioculturais. O dicionário, assim, ultrapassa a função descritiva e assume-se como artefato pedagógico, epistemológico e político, comprometido com a valorização das vozes comunitárias e com a resistência simbólica frente aos processos de homogeneização linguística.

Tradução intercultural e validação

A tradução dos vocábulos para o inglês foi realizada com base nos princípios de equivalência semântica e simbólica, conforme propõem Bergenholz e Tarp (2003: 80), priorizando a preservação dos sentidos culturais e a fidelidade às práticas comunicativas dos falantes. Longe de assumir o inglês como padrão norma-

tivo ou idioma dominante, o projeto adotou essa língua como instrumento de mediação intercultural, capaz de ampliar o alcance do material sem comprometer sua ancoragem territorial e simbólica.

Nesse processo, buscou-se evitar apagamentos culturais, respeitando as especificidades contextuais e a polissemia dos termos em suas dimensões afetivas, religiosas e comunitárias. Para garantir a legitimidade do material produzido, foram realizadas oficinas de validação com a participação ativa de estudantes, professores, familiares e líderes comunitários, nas quais se discutiram coletivamente as escolhas lexicais, as representações visuais e as notas explicativas. Essas etapas permitiram que o dicionário fosse construído como um artefato coletivo, representativo das vozes e visões de mundo da comunidade de Dianópolis (TO), reafirmando o compromisso ético e político com a justiça epistêmica e com a valorização dos saberes locais (FREIRE, 1996: 54).

Compromisso ético e epistêmico

Este estudo seguiu os princípios estabelecidos pela Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, assegurando o consentimento informado de todos os participantes e promovendo uma escuta ética, respeitosa e dialógica. O processo metodológico foi guiado por um compromisso com a justiça epistêmica, reconhecendo os sujeitos da pesquisa como detentores legítimos de saberes linguísticos e culturais.

A construção do dicionário foi orientada pela ética do reconhecimento, conforme os pressupostos de Freire (1996: 54), que defende uma prática educativa e científica fundamentada no respeito, no diálogo e na valorização da experiência dos sujeitos historicamente marginalizados. Nesse sentido, a participação ativa de estudantes, professores, familiares e lideranças comunitárias configurou-se não apenas como colaboração, mas como exercício de coautoria e agência.

Ao afirmar o valor das vozes comunitárias na produção do conhecimento, a pesquisa contribui para a consolidação de uma ciência socialmente comprometida, inclusiva e sensível à pluralidade cultural e linguística do Brasil, reconhecendo o território como espaço simbólico e político onde se constroem memórias, identidades e formas de resistência.

Resultados e Discussão

O léxico tocantinense como patrimônio linguístico

Os resultados desta pesquisa revelam um léxico profundamente vinculado aos modos de vida, práticas simbólicas e sistemas de conhecimento das comunidades do sudeste do Tocantins. O dialeto tocantinense, enquanto variedade do português brasileiro, expressa muito mais do que designações objetivas: ele configura uma rede de sentidos, afetos e valores sociais que sustentam experiências coletivas de pertencimento. A partir de uma metodologia etnográfica e participativa, foi possível acessar um repertório linguístico conectado ao território, às tradições culturais e à espiritualidade popular, assumindo a linguagem como prática social situada (MOITA LOPES, 2006: 41).

Esse léxico se destaca pela recorrência de termos associados à ecologia do Cerrado, à religiosidade popular e à organização comunitária. Palavras como “capim dourado”, “babacu”, “apanhar mangaba” e “arrebenta-cabelo” remetem a recursos naturais manejados de forma sustentável, cujos usos são transmitidos

oralmente entre gerações, em práticas que articulam saberes tradicionais e identidade local. Outras expressões como “folia”, “pouso”, “beirada”, “anjinhos” e “bater palma pra santa” indicam a centralidade das celebrações religiosas na manutenção dos vínculos sociais e na produção simbólica do território (BASSO, 1996: 67).

A coleta do vocabulário, realizada por meio de oficinas, entrevistas, registros audiovisuais e observações participantes, possibilitou captar os contextos reais de uso das palavras, conferindo ao dicionário uma dimensão pragmática e vivencial. Como mostram os registros, o léxico tocantinense mapeia formas de resistência, afetividade e saberes cotidianos que articulam linguagem e território (DURANTI, 1997: 25; HYMES, 1974: 11).

Reconhecer o dialeto tocantinense como patrimônio linguístico significa valorizar sua diversidade lexical e sua função na preservação da memória coletiva, das identidades locais e das estratégias de enfrentamento ao apagamento cultural. Mesmo frequentemente marginalizada em discursos midiáticos e educacionais, essa variedade testemunha a vitalidade linguística do Cerrado e afirma o potencial epistemológico das línguas comunitárias (SANTOS, 2007: 32). Assim, a documentação desse léxico contribui para a construção de uma linguística mais inclusiva, sensível à pluralidade de formas de nomear e de viver o mundo.

Resistência simbólica e valorização cultural

A organização do léxico tocantinense em um dicionário ilustrado bilíngue constitui um gesto de resistência simbólica diante dos processos históricos de silenciamento que marginalizaram variedades linguísticas periféricas no Brasil. Inserido nos princípios da lexicografia colaborativa e da etnografia crítica, o projeto parte da compreensão de que o registro lexical não é neutro, mas uma intervenção ativa nos regimes de visibilidade que definem quais vozes são legitimadas nos espaços de produção de saber (MOITA LOPES, 2006: 43). Ao dar corpo e contexto às palavras do dialeto tocantinense, o dicionário rompe com a lógica prescritiva da norma-padrão e promove a inclusão dos saberes comunitários na esfera científica e educacional.

Essa perspectiva permitiu a construção de um repertório lexical que expressa a experiência concreta de sujeitos tocantinenses, especialmente lavradores, quilombolas, extrativistas e educadores da rede pública. As palavras documentadas não apenas nomeiam o cotidiano, mas operam como marcas de resistência simbólica frente aos projetos de homogeneização cultural. Trata-se de um léxico oriundo da oralidade, da prática social e da interação comunitária, o que reforça seu valor epistêmico e sua relevância sociolinguística (BORTONI-RICARDO, 2004: 28).

A relevância dessa valorização se amplia diante dos discursos que rotulam certas regiões como “desertos culturais”. Segundo Martins (2015: 37), tal nomenclatura opera como dispositivo ideológico que desqualifica territórios e facilita sua exploração. Ao registrar os modos de nomear de comunidades historicamente invisibilizadas, o dicionário se constitui como contra-narrativa: ele demonstra que esses “desertos” são, na verdade, territórios densos de história, memória e linguagem.

Além do seu impacto simbólico, o dicionário exerce importante função pedagógica, servindo como recurso didático para o ensino de línguas, de história local e de educação patrimonial. O formato bilíngue (Dialeto Tocantinense/Inglês) amplia o alcance do material, mas sem impor hierarquias linguísticas. A tradução,

guiada por critérios de equivalência simbólica e cultural (BERGENHOLTZ; TARP, 2003: 56), garante que os sentidos locais sejam preservados, permitindo a mediação intercultural sem subordinação epistemológica.

Portanto, a produção deste dicionário vai além da sistematização lexical: ela representa a reafirmação de um território linguístico e cultural que resiste à invisibilidade. A linguagem, nesse contexto, torna-se ferramenta de reterritorialização do saber, contribuindo para a justiça epistêmica e para o reconhecimento das múltiplas vozes que compõem a paisagem linguística do Cerrado.

Tradução intercultural e desafios de equivalência

A adoção do formato bilíngue — Dialeto Tocantinense/Inglês — não foi apenas uma escolha técnica, mas uma decisão metodológica com implicações epistemológicas. Ao ampliar o acesso ao material, essa proposta possibilitou seu uso em contextos escolares, acadêmicos e multilíngues. No entanto, traduzi-lo revelou desafios, especialmente quanto à transposição de termos enraizados em práticas socioculturais e espirituais específicas, cujos sentidos escapam à equivalência direta.

Termos como “pouso”, “folia”, “lavar o santo” e “bater palma pra santa” carregam significados complexos que envolvem fé, devoção popular, hospitalidade ritual e memória coletiva. Embora traduções funcionais sejam possíveis, elas frequentemente não dão conta da densidade simbólica desses vocábulos. Diante disso, as oficinas lexicográficas com professores, estudantes e membros da comunidade foram fundamentais para refletir coletivamente sobre os limites da tradução e a necessidade de preservar os sentidos locais.

Inspiradas nos princípios da tradução etnográfica (HYMES, 1974: 112; BERGENHOLTZ e TARP, 2003: 49), as soluções adotadas priorizaram a função comunicativa e cultural dos termos, recorrendo a paráfrases, notas explicativas e construções metafóricas quando necessário. A tradução foi compreendida como prática interpretativa, e não como substituição mecânica, sendo guiada por uma ética de cuidado e reconhecimento dos saberes locais.

Essa abordagem permitiu que o inglês funcionasse como ponte intercultural, sem ocupar o centro discursivo do dicionário, que permanece ancorado no dialeto tocantinense. Muitas entradas são acompanhadas de comentários culturais que situam os termos em seus contextos de uso, evitando a simplificação ou apagamento de seus sentidos. Com isso, o processo tradutório tornou-se também um espaço formativo.

A participação dos estudantes na tradução suscitou reflexões sobre hierarquias linguísticas, lugares de fala e práticas de resistência, mostrando que traduzir é, também, educar para a alteridade e valorizar vozes subalternizadas. Assim, os desafios de equivalência não foram obstáculos, mas oportunidades de aprofundamento crítico, reafirmando o compromisso do projeto com a justiça linguística e a mediação intercultural. Ao acolher a complexidade semântica do dialeto tocantinense, o dicionário oferece mais do que traduções: propõe caminhos sensíveis de escuta e reconhecimento entre culturas.

Processos formativos e aprendizagens comunitárias

A construção do dicionário ilustrado tocantinense configurou-se como uma experiência formativa que ultrapassou os limites da descrição linguística, instau-

rando um espaço pedagógico pautado pelo diálogo, pela escuta ativa e pelo reconhecimento dos saberes comunitários. Desde o início do projeto, os estudantes da rede pública foram inseridos como sujeitos ativos da pesquisa, participando da coleta de dados, definição de verbetes, ilustrações e tradução. Esse protagonismo favoreceu o fortalecimento da identidade linguística dos alunos, historicamente marginalizada nos discursos escolares.

As oficinas temáticas articularam conteúdos curriculares com práticas etnográficas e lexicográficas, estimulando reflexões sobre território, memória e linguagem. Inspiradas na pedagogia freireana, essas ações promoveram uma leitura crítica da realidade, evidenciando que o conhecimento local possui valor epistemológico e educativo (FREIRE, 1996: 88). Os estudantes foram incentivados a escutar os mais velhos, registrar narrativas orais e interpretar os significados das palavras em seus contextos, reforçando os vínculos entre escola e comunidade.

Nos diários de campo, os jovens relataram o orgulho de reconhecer nas palavras cotidianas de seus avós e vizinhos um saber legítimo, validado no campo científico. Essa mudança de percepção impactou diretamente sua autoestima e ampliou a compreensão do seu papel como produtores de conhecimento. O uso de tecnologias digitais, inicialmente visto com resistência, passou a ser integrado criticamente como ferramenta de registro e valorização cultural, promovendo letramento digital e autonomia investigativa.

No plano comunitário, o projeto ativou espaços de cooperação intergeracional, reunindo famílias, professores, moradores e lideranças religiosas em torno do dicionário. Ao legitimar a memória oral como fonte de saber, reforçou-se a transmissão intergeracional de conhecimentos e a valorização das redes de solidariedade locais. As oficinas tornaram-se momentos de partilha entre gerações, em que os mais velhos transmitiram saberes aos mais jovens, fortalecendo os laços afetivos e culturais.

Cosmologias locais e sentidos de pertencimento

O léxico tocantinense documentado neste dicionário não se limita à nomeação de elementos do cotidiano, mas expressa uma cosmologia enraizada nos modos de vida comunitários, articulando espiritualidade, memória e territorialidade. Cada palavra funciona como um marcador simbólico, capaz de mapear afetos, experiências coletivas e vínculos com o território. A pesquisa revelou que o vocabulário local reflete uma visão de mundo em que natureza, sagrado e vida social estão profundamente interligados.

Expressões como “mastro do Divino”, “lavar o santo”, “bater palma pra santa” e “folia” são testemunhos de práticas devocionais que estruturam o tempo comunitário, marcando festas, ciclos agrícolas e relações de reciprocidade. Já termos como “viração” e “vento bravo” revelam uma sensibilidade climática associada a estados emocionais e a presságios, demonstrando que o tempo atmosférico é interpretado a partir da experiência coletiva e não apenas da meteorologia.

Essas palavras, como sugere Basso (1996: 75), funcionam como verdadeiros “lugares” de memória e pertencimento, carregando narrativas e afetos que situam os sujeitos em seu mundo. No contexto do sudeste tocantinense, essa função é potencializada pela centralidade da oralidade na transmissão intergeracional de saberes, o que torna a linguagem um eixo de resistência frente aos processos de homogeneização cultural.

O dicionário evidencia que o pertencimento não se dá apenas por delimitação territorial, mas sobretudo pela apropriação simbólica das paisagens e dos rituais.

Nomear o Cerrado é também habitá-lo, inscrevendo-se em uma ecologia simbólica na qual flora, fauna, festas e práticas coletivas constroem um campo de significação profundamente espiritual e cultural. Assim, a palavra opera como ferramenta de orientação existencial e mediação da relação com o mundo.

Ao registrar esse vocabulário, o projeto revela as tramas simbólicas que sustentam os modos de vida tocantinenses e contribui para a valorização de uma linguística comprometida com a escuta e com o reconhecimento da diversidade. O léxico não é apenas uma coleção de termos, mas testemunho vivo de uma forma de existir que resiste ao apagamento e reconfigura o Cerrado como território de saber, linguagem e pertença.

Considerações interpretativas

Os resultados desta pesquisa reafirmam que o dialeto tocantinense não deve ser entendido como resquício folclórico ou variante inferior da língua portuguesa, mas como sistema linguístico legítimo, dinâmico e funcional, enraizado em contextos sociais específicos. Essa variedade regional do português brasileiro expressa modos de vida, formas de organização comunitária e visões de mundo historicamente marginalizadas pelos discursos normativos e pelas instituições de ensino (MOITA LOPES, 2006: 35; LABOV, 1966: 12).

O léxico documentado revela uma ecologia de saberes em que práticas ancestrais, conhecimentos tradicionais e vivências contemporâneas se entrelaçam, confirmando que a linguagem não apenas representa a realidade, mas a constitui e a transforma (HYMES, 1974: 87; DURANTI, 1997: 42). As expressões mapeadas, muitas delas ligadas à espiritualidade, à oralidade e ao território, revelam a centralidade da linguagem na construção de identidades coletivas, resistências simbólicas e pertencimentos afetivos (BASSO, 1996: 75).

O dicionário resultante transcende a função descritiva e assume-se como artefato epistemológico e pedagógico, funcionando como cartografia cultural do Cerrado. Organizado com base em metodologias participativas e colaborativas, reafirma o papel das comunidades locais como produtoras de conhecimento e guardiãs de um patrimônio imaterial invisibilizado pelas políticas linguísticas hegemônicas (BERGENHOLTZ; TARP, 2003: 56; HARTMANN; JAMES, 1998: 23).

A proposta também se inscreve numa pedagogia da escuta, centrada no reconhecimento das vozes historicamente silenciadas. Ao incorporar experiências, memórias e práticas linguísticas locais ao campo educacional, o dicionário contribui para uma educação crítica, territorializada e socialmente comprometida (FREIRE, 1996: 91). Desafia-se, assim, a lógica excludente que opõe norma culta a variantes populares, propondo um modelo inclusivo e decolonial de formação linguística (SANTOS, 2007: 15).

Por fim, o dicionário atua como testemunho da vitalidade linguística do Cerrado, propondo uma virada epistemológica que reposiciona as línguas periféricas no centro das discussões acadêmicas. Ao reconhecer o valor simbólico e político do dialeto tocantinense, o trabalho reafirma que os chamados “desertos” culturais são, na verdade, territórios férteis de linguagem, memória e resistência (MARTINS, 2015: 43).

Considerações finais

Os achados desta pesquisa confirmam que o dialeto tocantinense constitui não apenas um repertório lexical regional, mas um patrimônio linguístico e cultural profundamente vinculado à história, às práticas sociais e às cosmologias das comunidades do Cerrado (MARTINS, 2015: 43). A construção do dicionário ilustrado bilíngue — Dialeto Tocantinense do português/Inglês — desenvolvida de forma colaborativa em Dianópolis (TO), evidenciou que documentar a linguagem é também afirmar identidades, fortalecer vínculos territoriais e valorizar saberes historicamente silenciados (MOITA LOPES, 2006: 35; FREIRE, 1996: 91).

Ancorado em pressupostos da Linguística Aplicada Crítica, da Sociolinguística Variacionista e da Antropologia da Linguagem (LABOV, 1966: 12; HYMES, 1974: 87; DURANTI, 1997: 42), o projeto tratou o léxico como forma de resistência e de produção de sentido. O dicionário elaborado ultrapassa os limites da descrição lexical, configurando-se como artefato pedagógico, político e afetivo. Ao tornar visíveis expressões locais enraizadas em práticas religiosas, agroextrativistas e comunitárias, reafirma o valor das línguas não hegemônicas como formas legítimas de conhecer, narrar e habitar o mundo (BASSO, 1996: 75; SANTOS, 2007: 15).

Cada termo documentado carrega não apenas uma definição, mas uma história de pertencimento e de relação simbólica com o território. Essa “cartografia linguística” do Cerrado contribui para a construção de uma pedagogia da escuta e da memória, articulando escola, comunidade e pesquisa de forma transformadora. As oficinas lexicográficas e os registros reflexivos mostraram que é possível produzir ciência em diálogo com a experiência e com a oralidade, promovendo cidadania linguística e valorização das vozes locais (BERGENHOLTZ e TARP, 2003: 56).

Como perspectiva futura, destaca-se a importância de expandir o dicionário para outras comunidades do estado, bem como sua digitalização, com inserção de recursos audiovisuais, a fim de ampliar seu alcance educacional e interdisciplinar. A metodologia aqui desenvolvida pode ser adaptada a outros contextos regionais, sobretudo onde dialetos e línguas comunitárias enfrentam risco de apagamento simbólico.

Finalmente, este trabalho reafirma que os chamados “desertos culturais” são territórios vivos de linguagem, memória e resistência. O dicionário ilustrado do dialeto tocantinense é mais do que um inventário lexical — é um ato de escuta ativa, de justiça epistêmica e de reconhecimento dos sujeitos que fazem da palavra um lugar de existência.

*Recebido em 10 de janeiro de 2025.
Aprovado em 29 de março de 2025.*

FLORES, Denis.
Vidas e vozes no “deserto” :

Referências

- BASSO, Keith H. *Wisdom sits in places: Landscape and language among the Western Apache*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1996.
- BERGENHOLTZ, Henning; TARP, Sven. *Manual of specialised lexicography: The preparation of specialised dictionaries*. Amsterdam: John Benjamins Publishing, 2003.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *O falar goiano: notas sobre uma variedade popular rural*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
- CARDOSO, Suzana Alice Marcelino. *Atlas Linguístico do Brasil – ALiB: princípios teóricos e metodológicos*. Salvador: EDUFBA, 2010.
- DURANTI, Alessandro. *Linguistic Anthropology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.
- HARTMANN, R. R. K.; JAMES, Gregory. *Dictionary of Lexicography*. London: Routledge, 1998.
- HAESBAERT, Rogério. “Território e multiterritorialidade: fundamentos teórico-metodológicos”. In: CASTRO, Iara; GOMES, Paulo C. C. *Geografia e epistemologia*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. pp. 91-123.
- HYMES, Dell H. *Foundations in sociolinguistics: an ethnographic approach*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1974.
- LABOV, William. *The social stratification of English in New York City*. Washington, D.C.: Center for Applied Linguistics, 1966.
- LABOV, William. *Principles of linguistic change: Internal factors*. Oxford: Blackwell, 1994.
- MARTINS, José de Souza. *Fronteira: A degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Contexto, 2015.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *História do português brasileiro: uma contribuição para sua periodização*. São Paulo: Contexto, 2004.
- MOITA LOPES, Luiz Paulo da. *Por uma linguística aplicada indisciplinar*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.
- NORTON, Bonny; TOOHEY, Kelleen. *Critical pedagogies and language learning*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- SPRADLEY, James P. *Participant observation*. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1980.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Conhecimento prudente para uma vida decente: Um discurso sobre as ciências revisitado*. São Paulo: Cortez, 2007.
- TRACY, Sarah J. *Qualitative research methods: Collecting evidence, crafting analysis, communicating impact*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2013.
- VYGOTSKY, Lev S. *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 1978.